

Colonialidade do saber na internacionalização dos estudos sobre comunicação: abordagem do caso da América Latina

*Coloniality of knowledge in
the internationalization of Communication
studies: Approach to the case
of Latin America*

■ ERICK R. TORRICO VILLANUEVA^a

Universidade Andina Simón Bolívar. La Paz – Bolívia

RESUMO

Os estudos sobre comunicação na América Latina foram estruturados pela indução, forma assumida, neste caso, pela internacionalização. Isso implicou uma transferência canalizada por um conjunto de instituições, além de professores, autores e obras que, em geral, serviram de linha de transmissão da comunicação modernizadora, expressão do espírito do projeto civilizatório moderno cuja episteme reivindica autoridade sobre o conhecimento válido. Assim, essa internacionalização dos estudos de comunicação foi realizada, em meados do século XX, sob a lógica da colonialidade do saber. O artigo revisa a trajetória percorrida nesse sentido e aborda um histórico de tal processo.

Palavras-chave: Estudos sobre comunicação, América Latina, internacionalização, colonialidade do saber

^a Diretor acadêmico da área de Comunicação e Jornalismo na Universidade Andina Simón Bolívar. Doutor em Comunicação pela Universidade Rey Juan Carlos de Madrid. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1237-9241>. E-mail: etorrico@uasb.edu.bo

ABSTRACT

Studies on Communication in Latin America were structured by induction, the form assumed by internationalization in this case. This implied a transference channeled by a group of institutions, as well as professors, authors and works that, in general, served as a transmission line for modernizing communication, an expression of the spirit of the modern civilizing project whose episteme claims authority over valid knowledge. Thus, this internationalization of communication studies in the mid-twentieth century was carried out under the logic of the coloniality of knowledge. The article reviews the trajectory followed in this sense and approaches a history of such a process.

Keywords: Communication Studies; Latin America; Internationalization; Coloniality of knowledge

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v17i3p55-72>

V.17 - N° 3 set./dez. 2023 São Paulo - Brasil ERICK R. TORRICO VILLANUEVA p. 55-72 MATRIZes



AS PESQUISAS SOBRE os processos de comunicação, que na sua vertente empírica começaram nos Estados Unidos da América na década de 1920 (Mattelart & Mattelart, 1997; Paynton & Hahn, 2023; Pooley, 2008), estabeleceram as bases de um novo campo de estudos que seria melhor definido quarenta anos depois e se tornaria um objeto de exportação.

Mesmo que já existissem cursos regulares de comunicação oral, discurso e retórica em várias universidades estadunidenses, pelo menos desde 1841 (Paynton & Hahn, 2023), os primeiros cursos de jornalismo tinham sido criados entre 1902 e 1908 (Nixon, 1963), os programas especificamente relacionados à comunicação surgiram um pouco mais tarde, até chegar ao nível do doutorado na década de 1940 (Briggle & Christians, 2017, p. 205). Além da produção intelectual derivada deles, havia a dos centros de pesquisa que, em torno dos anos da Segunda Guerra Mundial, promoveu em solo estadunidense a Fundação Rockefeller – no rádio –, bem como o Departamento do Estado, o Exército e a Agência Central de Inteligência, que se interessaram principalmente pela *guerra psicológica* (Pooley, 2008). Nesse contexto, Luis Ramiro Beltrán (2000) explica que:

Uma vez terminada a guerra, o conhecimento adquirido foi colocado ao serviço de várias áreas principais da atividade civil nos Estados Unidos. Primeiro, foi aplicado na pesquisa para melhorar a publicidade e para organizar campanhas eleitorais eficazes. Também consolidou e ampliou a pesquisa de opinião pública e ajudou, de certa forma, as atividades de relações públicas. Transformou a arte do jornalismo em uma área de pesquisa científica, começando pelos estudos de “leitura” e “leitabilidade”. Por fim, o conhecimento foi aplicado na educação, por meio das “ajudas audiovisuais”, e na capacitação agrícola para o desenvolvimento rural, através dos “serviços de extensão”. Entre os últimos anos da década de 1950 e o começo da década de 1960, os princípios e técnicas de todos esses formatos da nova ciência da Comunicação começaram a ser exportados. (p. 97)

¹ Para o caso da África, sob a ideia de que se tratava de um continente “subdesenvolvido”, principalmente a UNESCO, o Instituto Internacional de Imprensa e a Organização Internacional de Jornalistas foram os responsáveis por disseminar a comunicação para a modernização através de cursos de treinamento para jornalistas e o apoio para a criação de programas de estudo em centros universitários que divulgaram as abordagens de Daniel Lerner, Wilbur Schramm e Everett Rogers sobre o papel dos meios de comunicação em massa na superação dos obstáculos da tradição, na introdução de estilos de vida “modernos” e na promoção do desenvolvimento (Willem, 2014, p. 4).

Assim, em 1960, mesmo com uma identidade em discussão – questão que ainda não foi resolvida –, a Comunicação foi estruturada como área do saber e, como uma das consequências da “guerra fria”, começou a ser internacionalizada, no sentido de ser levada a diferentes realidades daquelas de sua origem, as mesmas que, como a latino-americana ou a africana¹, tornaram-se receptoras dessa influência.

Em termos gerais, a internacionalização é, basicamente, uma relação que envolve atores de duas ou mais nações na realização de uma ação ou na conquista de um determinado objetivo – compartilhado ou não por todos os participantes

–, tendo em vista que relações de natureza diferente podem ser estabelecidas. Tradicionalmente, no entanto, internacionalizar se refere à expansão ou extensão de certas atividades ou operações de uma instituição, empresa ou mesmo do governo de um território nacional para outro ou outros, o que significa que se trata, acima de tudo, de uma ação que costuma privilegiar um interesse de crescimento ou de influência unilateral. Em matéria política, sob o nome de internacionalismo, a internacionalização ganhou uma particular relevância para os grupos de esquerda após a convocação do *Manifesto comunista*, de 1848 (“Proletários de todos os países, uni-vos!”), à solidariedade e cooperação proletárias nas suas lutas contra o imperialismo, considerado seu inimigo em comum (Sleeper, 1988).

No caso da Comunicação, a dinâmica internacionalizadora foi desenvolvida com a lógica da disseminação dos padrões modernizadores, ou seja, da transferência de valores, conceitos, métodos e práticas que faz um “centro desenvolvido”, com o objetivo de serem adotados como modelos reproduzíveis pela “periferia atrasada”². Jesús Arroyave (2007) lembra, a propósito, que:

A teoria da modernização sugere que os países capitalistas do Ocidente são os modelos a seguir para alcançar o desenvolvimento. Os que seguem essa teoria, basicamente dividiram a sociedade em dois grupos, as sociedades tradicionais e as modernas. As últimas eram as sociedades ocidentais. As sociedades tradicionais eram caracterizadas como resistentes à mudança e profundamente enraizadas nos seus costumes e valores. No outro extremo, as sociedades modernas eram vistas como as únicas que possuíam o conjunto de valores necessários para o sucesso³. (p. 266)

Mas é verdade que também há outras opções de compreensão da internacionalização na área da comunicação, como os mais recentes postulados para que a academia ocidental se abra aos de outras áreas do planeta – como a da América Latina –, reconheça sua produção e troque com ela através do “cosmopolitismo” (Cf. Ganter & Ortega, 2019; Waisbord, 2014) ou, pelo contrário, para continuar com a projeção da comunidade acadêmica latino-americana no espaço internacional que a Associação Latino-Americana de Pesquisadores em Comunicação e a Federação Latino-Americana de Faculdades de Comunicação Social promovem (Fuentes-Navarro, 2014, 2016a, 2016b).

Aqui, para dar conta da modalidade indutiva que caracterizou o início dos estudos de comunicação na América Latina, recorre-se à versão da internacionalização que enfatiza a canalização de padrões que podem ser imitados de fora de um território, porque representa aquela que melhor é aplicada à experiência vivida na região latino-americana, marcada pela colonialidade.

²O difusionismo, intimamente ligado à “comunicação para o desenvolvimento”, tem seu eixo na exportação de inovações que acredita que devem ser adotadas pelas populações consideradas atrasadas. Implica, assim, uma certa restauração da antiga relação entre “metrópole” e “colônias”.

³No original: “Modernization theory suggests that Western capitalist countries are the models to follow to achieve development. Followers of modernization theory divided society basically in two kinds of groups, the traditional societies and the modern one. The latter one was the Western societies. Traditional societies were characterized as resistant to change and more deeply grounded in their customs and values. On the other hand, modern societies were seen as the ones that have the right set of values for success”. Essa e outras traduções são do autor.

⁴A Europa, estabelecida como “centro” do mundo graças à conquista e colonização da América, foi a primeira referência geográfica do Ocidente, mas o curso posterior da modernização ultrapassou esses limites e transferiu o significado dessa identificação territorial para o “modo de vida” que implica progresso, urbanização, industrialização, secularismo, capitalismo e “modernidade”.

“Atualmente, qualquer sociedade que compartilhe essas características, em qualquer lugar do mundo, pode ser apontada como pertencente ao ‘Ocidente’” (Hall, 1992, p. 186). No original: “Nowadays, any society which shares these characteristics, wherever it exists on a geographical map, can be said to belong to ‘the West’.”

Essa transposição, na prática, seguiu o padrão do que aconteceu no plano mais geral do conhecimento sobre os mundos natural e social, cujos parâmetros de legitimidade e posterior irradiação foram determinados por e na construção geocultural denominada Ocidente⁴.

OCIDENTE E O CONHECIMENTO VÁLIDO

O conhecimento considerado válido, o científico, foi desenvolvido inicialmente na Europa ocidental e se tornou um dos fatores fundamentais da ruptura com o universo medieval registrada a partir do século XV, quando surgiu a modernidade.

A revolução copernicana que desestabilizou dois mil anos de sabedoria consagrada na filosofia e na teologia, descentralizando a Terra, foi seguida e, à sua maneira, aprofundada pelo surgimento do racionalismo e do empirismo, sistemas de pensamento contrapostos que, respectivamente, apoiaram duas hipóteses: a universalidade do conhecimento fundado na razão e, no outro extremo, o caráter insubstituível da experiência como fonte principal, senão única, do conhecimento humano. Depois da síntese newtoniana entre matemática e empiria que procurou salvar essa separação metodológica, bem como depois da abordagem kantiana que diz que para conhecer é preciso unir entendimento e sensibilidade, o século XVIII, conhecido como “século das luzes” na história ocidental, consolidou esses fundamentos na concepção do conhecimento, da ciência e da sua validação, à qual acrescentou como horizonte a fé no progresso contínuo e na marcha constante da humanidade rumo a estágios superiores de evolução. Com isso, foi concluído o espírito moderno que alimentou uma crescente valorização utilitária do conhecimento e das suas consequentes capacidades de intervenção na natureza e na sociedade.

Nos dois séculos seguintes, graças ao interesse em entender os movimentos da história, da sociedade e da cultura, uma motivação relacionada às necessidades de sobrevivência dos impérios coloniais, assim como aos requisitos subsequentes trazidos pela implementação da fase imperialista do capitalismo, disciplinas sociais como a história, a antropologia, a economia, a política e a sociologia entraram no cenário dos saberes, principalmente na Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália e Estados Unidos (Cf. Leclerc, 1973; Wallerstein, 1996).

No início, todas essas áreas do conhecimento dedicadas a diferentes segmentos da realidade social tentaram compreender os parâmetros processuais das ciências físicas para evitar serem desqualificadas como pré-científicas, não científicas e até mesmo anticientíficas, preconceitos que as perseguem até hoje apesar de tudo. Dessa forma,

A criação das múltiplas disciplinas de ciência social fez parte da tentativa geral do século XIX de obter e incentivar o conhecimento “objetivo” da “realidade” baseado nas descobertas empíricas (ao contrário da “especulação”). Tentava-se “apreender” a verdade, não inventá-la ou pressenti-la. (Wallerstein, 1996, p. 16).

Pelo menos até meados do século XX, o Ocidente – já concebido como articulação euro-estadunidense naquela época – continuou se esforçando para cientificar o conhecimento do social, contexto no qual ocorreu tanto o surgimento da Comunicação, vista no sentido de área de conhecimento, quanto o processo da sua internacionalização, que se deu nas arenas complementares da pesquisa acadêmica, política ou comercial e da formação de especialistas.

UMA EPISTEME OCIDENTAL CONFORMADORA

A ideia do conhecimento válido é sustentada por uma arquitetura cognitiva subjacente formada por um conjunto de estimativas – como os anteriormente mencionados – que implicam um privilégio epistemológico duplo: o do sujeito cognoscente autorizado e autorizador junto com o do terreno geocultural a partir do qual esse sujeito adquire conhecimento. Dessa forma, a noção moderna de ciência reivindica o direito quase indiscutível de procurar, encontrar e possuir a *verdade objetiva*, ao mesmo tempo que, implicitamente, consagra um etnocentrismo (o ocidental) que eleva à categoria de visão total e trans-histórica.

Essa descorporificação e desistoricização do sujeito que conhece origina o que Santiago Castro-Gómez (2010) descreve como a “*hybris* do ponto zero”, ou seja, a ilusão – não isenta de arrogância – de que “um observador do mundo social pode se colocar em uma plataforma neutra de observação que, por sua vez, não pode ser observada de nenhum lugar” (p. 18). Mas, além disso, garante a condição de proeminência do lugar geocultural e político a partir do qual o conhecimento é produzido e declarado, *locus* que é revestido de uma aura de universalidade simulada. Graças a essas operações, um “sujeito de enunciação sem rosto nem localização espaço-temporal” e um conhecimento com “pretensões de eternidade” são criados (Castro-Gómez & Grosfoguel, 2007, p. 65).

Com esses elementos, a *episteme* ocidental foi construída como “dispositivo de conhecimento colonial e imperial” que “pensa e organiza para a totalidade do tempo e do espaço, para toda a humanidade, a partir da sua própria experiência, colocando a sua especificidade histórico-cultural como padrão de referência superior e universal” (Lander, 2000, p. 23).

Sobre isso, Alcira Argumedo ressalta o que foi dito e acrescenta na sua reflexão o problema da hierarquização geográfica, demográfica e epistêmica resultante, que prejudica os povos originalmente não ocidentais e os seus conhecimentos:

desde a Idade Moderna que começou em meados do século XV, as cosmovisões que se sucederam na hegemonia cultural do Ocidente tenderam a se conceber como parte da expressão verdadeira, exclusiva, do pensamento humano. A superioridade europeia – tanto sob suas formas religiosas quanto, mais tarde, sob o Iluminismo e a Razão, a civilização e o progresso, a modernização ou o desenvolvimento – relegaria à categoria de resíduos da história, de expressões primitivas, de manifestações da barbárie, os povos que faziam parte das vastas regiões sujeitas a sua dominação imperial. (Argumedo, 2001, p. 90)

Essas pretensões de supremacia intelectual e essas desigualdades socioculturais que foram instaladas sobre a inferiorização ocidental da alteridade acabaram se infiltrando na organização geral da vida e das relações sociais e são encontradas nos fundamentos do que Aníbal Quijano (1992) identificou como a colonialidade, que se torna, por fim, a “racialização das relações de poder”, que contribui para a “naturalização das relações de dominação” (Cf. Restrepo & Rojas, 2010, p. 103). A colonialidade é um elemento que constitui a modernidade, sua “cara oculta”, “seu irmão gêmeo escondido no sótão” (Mignolo, 2014, p. 9). Essa colonialidade, como substrato estrutural, sobreviveu após a superação política do colonialismo que incorporou o independentismo e constitui sua herança presente em subjetividades, desenhos institucionais e imaginários. É um obstáculo para a subalternização que, em seu aspecto epistemológico, é expresso especificamente na colonialidade do saber (Lander, 2000).

Como Eduardo Restrepo e Axel Rojas (2010) explicam, a noção de colonialidade do saber “se refere ao efeito de subalternização, folclorização ou invisibilização de uma multiplicidade de conhecimentos que não respondem às modalidades de produção de ‘conhecimento ocidental’ associadas à ciência convencional e ao discurso especializado” (p. 136).

A episteme do Ocidente, que além de incluir a formulação de explicações organizadoras totais baseadas na análise da causalidade e direcionadas ao estabelecimento de regularidades legais universais para os fenômenos, torna-se, então, a estrutura moderna imanente, com espírito colonial, que conforma tanto os processos e produtos da apreensão investigativa dos diversos objetos da realidade quanto suas manifestações teóricas correspondentes e suas diretrizes para a intervenção.

A armadilha – afirma Walter Mignolo – é que o discurso da modernidade criou a ilusão de que o conhecimento é desincorporado e deslocalizado e que é necessário, de todas as regiões do mundo, ‘ascender’ à epistemologia da modernidade. (Walsh et al., 2002, p. 19)

Na sua transversalidade interdisciplinar, essa dimensão epistêmica moderna também deixou suas marcas no espaço inaugural da Comunicação, bem como na internacionalização de suas teorias e práticas.

A COMUNICAÇÃO OCIDENTALIZADA

Como afirma Beltrán, os estudos da comunicação surgiram em um contexto específico, o da sociedade estadunidense dos anos de pós-guerra⁵, que, além de “próspera” e “estável”, esse comunicólogo descreve nos seguintes termos:

Também era uma sociedade em que a individualidade predominava sobre o coletivismo, a concorrência era mais determinante do que a cooperação e a eficiência econômica e a sabedoria tecnológica eram mais importantes do que o desenvolvimento cultural, a justiça social e a expansão espiritual. Por fim, era uma sociedade a ponto de se tornar o império econômico mais poderoso e influente do mundo. (Beltrán, 2000, p. 97)

Em outro estudo, Beltrán sintetiza a definição tradicional de comunicação derivada desse contexto e resume seu perfil geral:

o ato ou processo de transmissão de mensagens das fontes para os receptores por meio da troca de símbolos (que pertencem a códigos compartilhados por eles) através de canais transportadores de sinais. Nesse paradigma clássico, o objetivo principal da comunicação é a tentativa do comunicador de afetar o comportamento do receptor em uma determinada direção; ou seja, produzir certos efeitos sobre a maneira de sentir, pensar e agir de quem recebe a comunicação ou, em uma só palavra, persuasão. O feedback é considerado fundamental para garantir que o comunicador alcance seus objetivos. (Beltrán, 2007, p. 18)

Além disso, indica que essa concepção foi mantida desde o início e mostra que não sofreu alterações nem mesmo dentro da crítica interna à qual foi submetida, a que apenas relativizou o poder direto atribuído às consequências das ações midiáticas, mas sem chegar a rejeitá-lo, permitindo a estruturação e ampla aceitação de um modelo de comunicação (o

⁵ Nessa mesma época, aconteceu o deslocamento do centro da sociologia da Europa para os Estados Unidos, bem como a construção dos clássicos da área por Talcott Parsons (Alexander, 2001, p. 52); desde a década de 1960, começaram a ser apresentados como clássicos do espírito da comunicação modernizadora Daniel Lerner, Robert Merton, Wilbur Schramm, Charles Wright e Everett Rogers.

“esquema permanente”) formado pelos seguintes elementos prioritários: *Fonte > Codificador > Mensagem > Canal > Decodificador > Receptor > Efeito* (Beltrán, 2007, p. 17).

Além disso, esse mesmo esquema, mesmo sob um sinal político diferente, esteve implícito na crítica dos fundadores do materialismo histórico quando falavam dos “meios de produção da consciência” (Marx & Engels, 1987, p. 40), assim como nas reflexões sobre a ideologia, os meios da hegemonia, a indústria cultural ou os aparelhos ideológicos do Estado realizadas posteriormente por vários representantes do *marxismo ocidental* (Anderson, 1987) como Antonio Gramsci, Max Horkheimer, Herbert Marcuse, Theodor Adorno ou Louis Althusser, ou nas outras feitas pelos seus respectivos seguidores e divulgadores. A única diferença entre esses pontos de vista e o modelo tradicional – o “permanente” – foi que questionaram, ao apontá-los como funcionais à dominação, os objetivos dos efeitos. Contudo, isso não impediu que várias das denúncias críticas realizadas fossem acompanhadas por apelos para buscar outros efeitos, entendidos como desalienantes e pró-revolucionários.

Assim, é possível afirmar que a pesquisa e a teorização sobre os processos e fatos da comunicação desenvolvidas a partir de plataformas da modernidade estadunidense e europeia produziram uma Comunicação “ocidental”⁶ – conhecimento fundamentado na episteme do Ocidente – que é bem visível a partir do seu interesse focado na transmissão tecnologicamente mediada de conteúdos e orientada pelo objetivo de alcançar efeitos, e que, no fim, fortalece o polo emissor, bem como entende uma concepção fundamental e tecnocêntrica da comunicação e seus recursos.

Para Jesús Martín-Barbero (1978), “a ‘ciência’ das comunicações nasce controlada e orientada para aprimorar e eternizar ‘o estilo norte-americano de democracia’” (p. 22), enquanto Beltrán (2000) observa que:

Compreensivelmente e legitimamente, os Estados Unidos projetaram e construíram, em filosofia, objeto e método, o tipo de ciências sociais que correspondem a suas circunstâncias estruturais particulares (culturais, econômicas e políticas). Elas eram, eminentemente, ciências para o ajuste, orientadas fundamentalmente a estudar a conformidade com as necessidades, metas, valores e normas predominantes da ordem social estabelecida, de forma a ajudar o sistema dirigente a alcançar a “normalidade” e evitar os comportamentos “desviados”. (p. 98)

Portanto, essas visões sobre a ciência, forjadas para o projeto ocidental, foram as que moldaram o percurso dos estudos latino-americanos na Comunicação quando aconteceu a internacionalização mencionada anteriormente.

A TRANSIÇÃO DO JORNALISMO PARA A COMUNICAÇÃO

O antecedente imediato desses estudos de comunicação foram os cursos que surgiram em alguns países da região para formar os profissionais da imprensa.

A proposta mais antiga sobre esse tema surgiu em 1901, no I Congresso da Imprensa Nacional que aconteceu na Argentina, mas apenas entre 1933 e 1935 as primeiras experiências educativas foram estabelecidas, em La Plata e Buenos Aires (Marques de Melo, 2007). Relacionado a esse fato, Raymond Nixon afirma o seguinte:

As ideias de Joseph Pulitzer sobre a formação profissional de jornalistas claramente influenciaram o início do ensino do jornalismo na América Latina em 1934. Naquele ano, suas palavras frequentemente eram citadas nas discussões que conduziram a criação dos primeiros programas na Argentina, e o diretor da Escola Pulitzer de Jornalismo na Universidade de Columbia foi um dos primeiros professores visitantes na Escola de Jornalismo da Universidade Nacional de La Plata. (Nixon, 1978, pp. 198-199)

Nos anos seguintes, e até 1960, também foram criadas escolas no Brasil, México, Cuba, Equador, Peru, Venezuela, Colômbia, Guatemala, Chile, República Dominicana, El Salvador e Nicarágua (Fuentes-Navarro, 1989; Marques de Melo, 2007; Nixon, 1982). Nesses espaços, segundo Julio del Río (2015),

Por um lado, os planos de estudo enfatizavam as matérias eminentemente técnicas como redação jornalística, organização de jornais e revistas, revisão, trabalho editorial e de impressão; por outro, tinham um conjunto de disciplinas humanísticas, até mesmo maior que as propriamente jornalísticas, principalmente relacionadas ao direito e à literatura. Resultando, assim, na formação de um profissional híbrido, sem personalidade propriamente jornalística, que oscilava entre o jornalismo, a literatura e a advocacia. (p. 155)

Mas esse panorama começou a mudar em 1963 quando o Centro Internacional de Estudos Superiores em Jornalismo para a América Latina (CIESPAL), criado quatro anos antes em Quito com o apoio da UNESCO, interferiuativamente no delineamento das diretrizes para a formação de especialistas. Sobre isso, Claudia Mellado (2010) diz:

Mesmo no início, CIESPAL parece seguir o modelo de educação americano ligado à formação e treinamento de habilidades práticas, logo começa a enfatizar a abordagem acadêmica, mais do que o profissional e de vocação (mais próximo ao

pensamento de Schramm, entre outros), focando na perspectiva científica social dos estudos de comunicação. (p. 309)

Após um seminário convocado naquele ano para examinar os rumos desejáveis para as escolas de jornalismo no subcontinente, CIESPAL sugeriu estes cinco princípios:

1. Uma escola deveria ter nível universitário . . . 2. O programa acadêmico deve ter duração mínima de quatro anos . . . 3. O programa de estudos deveria incluir cursos “humanísticos” e técnico-profissionais . . . 4. Uma escola deveria buscar se tornar uma “faculdade autônoma” dentro da Universidade . . . e 5. Ao ampliar seus ramos, as escolas deveriam se transformar em escolas de “ciências da informação”.
(Nixon, 1978, p. 202)

Essas recomendações, além da importância social alcançada pelo rádio e pela televisão (Fuentes-Navarro, 1989), para a “expansão dos processos de disseminação coletiva desencadeados pela industrialização em vários países” (Marques de Melo, 1989, p. 92) e para a posterior diversificação das especialidades profissionais para além da informação noticiosa (publicidade, relações públicas, propaganda etc.) estimularam a figura da *polivalência* na formação (Del Río, 2015), ou seja, a habilitação profissional para qualquer espaço da indústria cultural (Mellado, 2010), tudo o que marcou a transição gradual do Jornalismo para a Comunicação nos cursos e programas universitários, iniciados na década de 1970⁷.

A partir dessa “nova perspectiva da comunicação”, Joaquín Sánchez ressalta (1982),

Foi entendida a sua importância dentro do processo social, bem como de suas repercussões no campo profissional. Essas ideias chegaram a penetrar nos currículos existentes de forma tal que o problema da comunicação deveria ser abordado a partir de vários ângulos, incluindo o social, o psicológico, o filosófico etc. (p. 36)

Essa transição deu visibilidade a outras dimensões da formação da comunicação que, até então, parecia limitada ao cultivo de habilidades para produzir e distribuir notícias com uma determinada margem para a contextualização e interpretação. Além disso, essa mudança permitiu que a pesquisa acadêmica começasse a ter presença, mesmo sob uma forte influência de fora e com escassos vínculos com a prática profissional e com a docência universitária (Cf. Fuentes-Navarro, 1989, 1991).

Segundo Miquel de Moragas (2011), a criação dos primeiros centros de estudo sobre Comunicação na América Latina “respondia a uma estratégia de influência cultural programada a partir das agências de inteligência e disseminação dos Estados Unidos e em que os fundadores da *mass communication research* e seus primeiros discípulos participaram (Schramm, Nixon, Rogers)” (p. 176).

Nesse contexto, apesar do surgimento precoce de uma importante vertente crítica latino-americana (Cf. Atwood & McAnany, 1986; Beltrán, 2000, 2007; Fuentes-Navarro, 1991), as dinâmicas de formação e investigação foram desenvolvidas fundamentalmente dentro da concepção ocidentalizada da comunicação, cujo substrato epistemológico não chegou a ser objeto de questionamento.⁸

CAMINHOS E ÂMBITOS DA DISSEMINAÇÃO DA COMUNICAÇÃO PARA A AMÉRICA LATINA

A internacionalização dos estudos sobre Comunicação no caso latino-americano não aconteceu em uma situação vazia, mas em um cenário em que, além dos processos de formação voltados para o jornalismo, havia também uma certa trajetória de investigação.

Assim, já durante o século XIX, em alguns países do subcontinente surgiram trabalhos e análises relacionados à história da impressão e da imprensa (Beltrán, 1983a), enquanto na década de 1940 surgiram estudos mais sistemáticos sobre liberdade de expressão, legislação relativa à imprensa, números hemerográficos ou situação e características do rádio (Beltrán, 1983a), período em que as primeiras pesquisas conhecidas também foram realizadas na região.

Entretanto, a presença e a força da influência internacional nessas atividades é constantemente reconhecida: “Até os anos sessenta, a maioria dos estudos empíricos sobre a comunicação na América Latina foram pesquisas realizadas, ou pelo menos orientadas, por estadunidenses”, diz Raúl Fuentes-Navarro (2005, p. 100), enquanto Carlos Scolari afirma que “dos anos 1950 a 1970, os meios de comunicação e os estudos latino-americanos de comunicação foram uma grande caixa de ressonância para as teorias e concepções originadas nos Estados Unidos e Europa”⁹ (Scolari & Rodríguez-Amat, 2018, p. 9). Por sua vez, Miquel de Moragas (1985) diz que “na América Latina, parte-se de uma tradição específica de pesquisa: a da implementação das técnicas de estudo originadas e experienciadas em outros contextos culturais, políticos e econômicos” (p. 198) e depois esclarece que se refere à “tradição científica norte-americana” (p. 198).

Sobre isso, Carlos Catalán e Guillermo Sunkel, que identificam a “orientação em direção aos efeitos e o modelo de disseminação de inovações”

⁸Foi durante a década de 1970 que já houve abordagens nesse sentido. Por exemplo, a do seminário sobre pesquisa da comunicação organizada pelo CIESPAL na Costa Rica, que questionou a “teoria da comunicação e a metodologia da pesquisa elaboradas nos centros metropolitanos” junto com a sua suposta eficácia universal (Ciespal, 1973, p. 13), e a afirmação de Jesús Martín-Barbero de que a dependência não consiste em assumir a teoria alheia, mas que “O dependente é a própria concepção da ciência, do trabalho científico, e da sua função na sociedade” (Martín-Barbero, 1978, p. 20).

⁹No original: “From the 1950s to the 1970s Latin American media and communication studies were a great sounding board for the theories and conceptions originated in the United States and Europe”.

E

Colonialidade do saber na internacionalização dos estudos sobre comunicação

como os componentes da *communication research* estadunidense de maior influência, dizem que:

o início dos estudos da comunicação na América Latina foi marcado pela existência de modelos teóricos estrangeiros. Os processos de comunicação na América Latina foram pensados, principalmente nas décadas de 1960 e começo de 1970, com categorias e fundamentos conceituais que vieram de outras realidades. (Catalán & Sunkel, 1991, p. 3)

“Diante desses fatos – ressalta José Jiménez – o mais correto é falar de translação da ciência da comunicação do que de uma formação, já que não é resultado de um processo próprio da América Latina, mas promovido pelas necessidades do capitalismo mundial” (Jiménez, 1994, p. 55).

Outro elemento comum na apreciação desses primórdios é a percepção do protagonismo que o CIESPAL teve na definição inicial e na promoção dos estudos de comunicação na América Latina (Aguirre & Bisbal, 2010; León, 2006; Marques de Melo & Gobbi, 2000; Mellado, 2010; Nixon, 1978), o que também fez com que fosse mediador chave da internacionalização. Nesse sentido, Fuentes-Navarro (1991) ressalta que:

Entre as suas primeiras tarefas, além da formação de professores para as escolas de jornalismo, está a organização de cursos regionais com os pesquisadores norte-americanos e europeus mais importantes na área de comunicação para o desenvolvimento e edição de traduções de suas principais obras. Para promover a pesquisa, CIESPAL espalhou dois modelos por toda a América Latina: a metodologia do francês Jacques Kayser para a análise morfológica e de conteúdo da imprensa, e as técnicas norte-americanas de análise de público e de efeitos dos meios de comunicação em massa. (p. 81)

Apesar do CIESPAL, e através dele a UNESCO, ter sido o principal incentivador da introdução, circulação e adoção das ideias e técnicas da Comunicação “ocidental” na América Latina, houve outros agentes coadjuvantes. Entre eles, vale citar as fundações estadunidenses Ford e Rockefeller, a Agência de Informação dos Estados Unidos, a Organização dos Estados Americanos, a Sociedade Interamericana de Imprensa, as fundações alemãs Friedrich Ebert e Konrad Adenauer, o canadense Centro Internacional de Pesquisa para o Desenvolvimento e o Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (Del Río, 2015; Fuentes-Navarro, 1991; Marques de Melo, 1989; Moragas, 2011; Nixon, 1978, 1982).

Esse esforço originado em diferentes caminhos procurou orientar as comunicações latino-americanas e o estudo dos seus respectivos processos a partir de uma perspectiva da modernização. As áreas englobadas por ele foram as de formação profissional, desenho curricular, produção bibliográfica e pesquisa.

Por um lado, o primeiro foi realizado através da concessão de bolsas de estudo para que os latino-americanos estudassem no CIESPAL ou em universidades estadunidenses, e, por outro, através da realização de seminários e cursos de vários níveis, em países diferentes, que contaram com a participação de palestrantes e professores estadunidenses e europeus.

A estruturação dos programas de estudo universitário teve seu eixo nas propostas do CIESPAL, que em 1964 apresentou um “Plano Piloto de Ensino” que buscava “um equilíbrio entre o humanístico e o técnico-profissional” (Sánchez, 1982, p. 38). As reformas introduzidas foram refletidas nos nomes adotados pelas escolas ou faculdades, que passaram de “Jornalismo” para outras de Comunicação, Comunicações, Comunicação Social, Ciências da Comunicação, Ciências da Informação, Comunicação Pública ou Comunicação em Massa (Sánchez, 1982, p. 37), mostrando claramente que o objeto de interesse privilegiado – e, consequentemente, o de estudo – eram os processos de disseminação em massa tecnologicamente mediados.

A bibliografia de referência nessa etapa foi basicamente a que criou o Departamento de Publicações do CIESPAL (Nixon, 1978), que sistematizou as anotações das suas palestras e seminários ou editou traduções de livros de autores estadunidenses como Wilbur Schramm e Raymond Nixon ou outros europeus como Jacques Kayser. Um seminário sobre Formação profissional do comunicador realizado na Costa Rica questionava em 1974 o caráter “importado” dos conteúdos ensinados e das teorias aplicadas na América Latina (Sánchez, 1982, pp. 40-41); Nixon percebeu que 57% dos professores entrevistados em 1980 “disseram que utilizavam traduções de livros escritos por especialistas dos países mais desenvolvidos” (Nixon, 1982, p. 16) e, pouco depois, Beltrán afirmava que, nas escolas, “a abordagem da matéria, do que é ensinado e da literatura recomendada pouco têm a ver com a América Latina, uma orientação acrítica, mercantilista, conservadora e tecnicista é a que prevalece” (Beltrán, 1983b, pp. 7-8).

Por último, a pesquisa provavelmente foi o âmbito em que a influência da concepção ocidentalizada da comunicação ficou muito mais visível, traduzido não apenas no uso recorrente dos seus procedimentos quantitativos (análise de conteúdo e pesquisa), mas também principalmente nas fundamentações teórico-metodológicas aplicadas, na determinação dos temas investigáveis e até nos objetivos das investigações. O seminário da Costa Rica de 1973,

o primeiro a reunir os pesquisadores latino-americanos da especialidade, manifestou que “não foram desenvolvidas metodologias próprias, conforme as necessidades e possibilidades da América Latina e foram utilizados métodos e sistemas importados, uns inadequados e outros obsoletos” (Ciespal, 1973, p. 24). Além disso, a situação nessa matéria levou que Beltrán concluisse, em 1976, que a pesquisa da comunicação latino-americana estava sujeita a premissas, objetos e métodos estrangeiros, “provenientes mais do que tudo dos Estados Unidos da América” (Beltrán, 2000, p. 90), afirmação que depois, no sentido mais amplo, confirmou junto com Elizabeth Fox de Cardona na análise dela sobre a dependência latino-americana: “definitivamente, os Estados Unidos exercem uma dominação cultural sobre a América Latina” (Beltrán & Cardona, 1982, p. 39).

Pode-se advertir, pelo que foi apresentado, que a Comunicação no subcontinente latino-americano foi configurado como área de conhecimento em função do modelo da comunicação modernizadora exportado principalmente pelos Estados Unidos, nação que tem sido a síntese do projeto da modernidade desde o final da Segunda Guerra Mundial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se for levado em consideração que, como foi previamente apresentado, o conhecimento científico possui um status etnocêntrico, entende-se também que sua disseminação e reprodução importam uma prática de colonialidade do saber.

A partir desse ângulo, para o caso latino-americano, a internacionalização dos estudos de comunicação, que aconteceu em meados do século XX, basicamente representou um processo de transferência teórico-metodológica que contribuiu para modelar o terreno acadêmico regional da especialidade com a inclusão de áreas de interesse, temas, objetos de análise e até mesmo de problemas de pesquisa exógenos, junto com a aplicação de marcos conceituais de referência e procedimentos de investigação pré-definidos.

Um grupo de instituições e um grupo de autores, professores e obras principalmente provenientes dos Estados Unidos e da Europa ocidental foram o canal e o suporte desse movimento de aculturação acadêmico-profissional especializado.

Sob esse estigma, os interesses formativos e investigativos do novo campo da Comunicação na América Latina tenderam a se inscrever nos limites indicados pela concepção histórica evolucionista e a noção fundamental da comunicação da visão ocidental. Mas, além disso, foram orientadas a assumir os objetivos da modernização, incluindo sua versão crítica.

O campo da comunicação latino-americano foi configurado assim com o projeto civilizatório moderno como substrato e adotou predominantemente o perfil da Comunicação “ocidental”, resultado que evidencia a colonialidade do saber implícita nessa internacionalização.

Em outras palavras, os estudos sobre Comunicação na América Latina foram fruto, originalmente, da ação diffusionista ocidental e desde então tiveram a colonialidade como seu inconsciente epistemológico. □

REFERÊNCIAS

- Aguirre, J. M., & Bisbal, M. (Eds.). (2010). *Prácticas y travesías de Comunicación en América Latina*. Centro Gumilla.
- Alexander, J. (2001). La centralidad de los clásicos. In A. Giddens & J. Turner (Eds.), *La teoría social hoy* (pp. 22-80). Alianza.
- Anderson, P. (1987). *Consideraciones sobre el marxismo occidental* (7a ed.). Siglo XXI.
- Argumedo, A. (2001). *Los silencios y las voces en América Latina. Notas sobre el pensamiento nacional y popular*. Ediciones del Pensamiento Nacional.
- Arroyave, J. (2007). The emergence of diffusion theory in Latin America: A retrospect analysis. *Investigación & Desarrollo*, 15(2), 260-287.
- Atwood, R., & McAnany, E. G. (Eds.). (1986). *Communication & Latin American society. Trends in critical research, 1960-1985*. University of Wisconsin Press.
- Beltrán, L. R. (1983a). Estado y perspectivas de la investigación en comunicación social en América Latina. *SIDCOM*, (2), 41-49.
- Beltrán, L. R. (1983b). *La comunicación social en América Latina* [Presentación de trabajo]. XXXIX Asamblea Plenaria de la Conferencia Episcopal de Colombia, Bogotá, Colombia.
- Beltrán, L. R. (2000). *Investigación sobre comunicación en Latinoamérica. Inicio, trascendencia y proyección*. Plural.
- Beltrán, L. R. (2007). Adiós a Aristóteles: La comunicación “horizontal”. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, 4(7), 12-36.
- Beltrán, L. R., & Cardona, E. F. (1982). *Comunicação dominada. Os Estados Unidos e os meios de comunicação na América Latina*. Paz e Terra.
- Briggle, A., & Christians, C. G. (2017). Media and communication. In R. Frodeman, J. T. Klein & R. C. S. Pacheco (Eds.), *The Oxford handbook of interdisciplinarity* (pp. 201-213). Oxford University Press.
- Castro-Gómez, S. (2010). *La hybris del punto cero. Ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750-1816)* (2a ed.). Pensar.

- Castro-Gómez, S., & Grosfoguel, R. (Eds.). (2007). *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Siglo del Hombre.
- Catalán, C., & Sunkel, G. (1991). *La tematización de las comunicaciones en América Latina*. Flacso.
- Centro Internacional de Estudios Superiores de Periodismo para América Latina. (1973). Seminario sobre la investigación de la comunicación en América Latina. Informe provisional. *Chasqui*, (4), 11-25.
- Del Río, J. (2015). Desarrollo y tendencias de la enseñanza en comunicación colectiva. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, 37(149), 153-172. <https://doi.org/10.22201/fcpys.2448492xe.1992.149.51080>
- Fuentes-Navarro, R. (1989). El estudio de la comunicación en las universidades latinoamericanas. *Telos*, (19), 156-159.
- Fuentes-Navarro, R. (1991). *Un campo cargado de futuro. El estudio de la comunicación en América Latina*. Iteso.
- Fuentes-Navarro, R. (2005). Everett M. Rogers (1931-2004) y la investigación latinoamericana de la comunicación. *Comunicación y Sociedad*, (4), 93-125.
- Fuentes-Navarro, R. (2014). La investigación de la comunicación en América Latina: Una internacionalización desintegrada. *Oficios Terrestres*, (31), 11-22.
- Fuentes-Navarro, R. (2016a). Cuatro décadas de internacionalización académica en el campo de estudios de la comunicación en América Latina. *Disertaciones*, 9(2), 8-26.
- Fuentes-Navarro, R. (2016b). Institutionalization and internationalization of the field of communication studies in Mexico and Latin America. In P. Simonson & D. Park (Eds.), *The international history of communication study* (pp. 325-345). Routledge.
- Ganter, S. A., & Ortega, F. (2019). The invisibility of Latin American scholarship in European media and communication studies: Challenges and opportunities of de-westernization and academic cosmopolitanism. *International Journal of Communication*, 13, 68-91.
- Hall, S. (1992). The west and the rest: Discourse and power. In S. Hall & B. Gieben (Eds.), *Formations of modernity* (pp. 184-227). Polity Press.
- Jiménez, J. (1994). *La ciencia de la comunicación en América Latina*. Quinto Sol.
- Lander, E. (Comp.). (2000). *La colonialidad del saber: Eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Clacso.
- Leclerc, G. (1973). *Antropología y colonialismo*. Alberto Corazón.

- León, G. (2006). Sobre la institucionalización del campo académico de la comunicación en América Latina. In R. Fuentes (Coord.), *Instituciones y redes académicas para el estudio de la comunicación en América Latina* (pp. 15-88). Iteso.
- Marques de Melo, J. (1989). El desafío tecnológico. *Chasqui*, (29-30), 92-97.
- Marques de Melo, J. (2007). Trajetória do Jornalismo e da Comunicação nas universidades latino-americanas: balanço e perspectivas. In A. Alfonso, F. Saintout, & M. M. Kunsch (Comps.), *70 años de periodismo y comunicación en América Latina. Memoria y perspectivas* (pp. 23-44). Universidad Nacional de La Plata.
- Marques de Melo, J., & Gobbi, M. (Orgs.). (2000). *Gênese do pensamento comunicacional latino-americano. O protagonismo das instituições pioneiras Ciespal, Icinform, Ininco*. Universidade Metodista de São Paulo.
- Martín-Barbero, J. (1978). *Comunicación masiva: Discurso y poder*. Ciespal.
- Marx, K., & Engels, F. (1987). *La ideología alemana*. Grijalbo.
- Mattelart, A., & Mattelart, M. (1997). *Historia de las teorías de la comunicación*. Paidós.
- Meditsch, E. (2000). Ciespal trouxe progresso... e o problema quase insolúvel do comunicólogo. In J. Marques de Melo & M. Gobbi (Orgs.), *Gênese do pensamento comunicacional latino-americano. O protagonismo das instituições pioneiras Ciespal, Icinform, Ininco* (pp. 129-138). Universidade Metodista de São Paulo.
- Mellado, C. (2010). La influencia de Ciespal en la formación del periodista latinoamericano. Una revisión crítica. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, (16), 307-318.
- Mignolo, W. (2014). *Desobediencia epistémica: Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Del Signo.
- Moragas, M. (1985). *Teorías de la comunicación. Investigaciones sobre medios en América y Europa* (3a ed.). Gustavo Gili.
- Moragas, M. (2011). *Interpretar la comunicación. Estudios sobre medios en América y Europa*. Gedisa.
- Nixon, R. (1963). Investigaciones sobre comunicación colectiva: Rumbos y tendencias. Ciespal.
- Nixon, R. (1978). La enseñanza del periodismo en América Latina. *Comunicación y Cultura*, (2), 197-212.
- Nixon, R. (1982). Historia de las escuelas de periodismo. *Chasqui*, (2), 13-19.
- Paynton, S., & Hahn, L. (2023). *Introduction to communication*. Humboldt State University.

- Pooley, J. (2008). The new history of mass communication research. In D. Park & J. Pooley (Eds.), *The history of media and communication research: Contested memories* (pp. 43-69). Peter Lang.
- Quijano, A. (1992). Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Perú Indígena*, 13(29), 11-20.
- Restrepo, E., & Rojas, A. (2010). *Inflexión decolonial: Fuentes, conceptos y cuestionamientos*. Universidad del Cauca.
- Sánchez, J. (1982). Criterios para la formación de comunicadores sociales en América Latina. *Signo y Pensamiento*, 1(1), 34-70.
- Scolari, C., & Rodríguez-Amat, J. (2018). A Latin American approach to mediatization: Specificities and contributions to a global discussion about how media are shaping contemporary societies. *Communication Theory*, 28(2), 131-154.
- Sleeper, R. (1988). *Léxico de la semántica marxista leninista*. Tres Tiempos.
- Torrico, E. (2016). *Hacia la comunicación decolonial*. Universidad Andina Simón Bolívar.
- Waisbord, S. (2014). United and fragmented: Communication and media studies in Latin America. *Journal of Latin American Communication Research*, 4(1).
- Wallerstein, I. (Coord.). (1996). *Abrir las ciencias sociales*. Siglo XXI.
- Walsh, C., Schiwy, F., & Castro-Gómez, S. (Eds.). (2002). *Indisciplinar las ciencias sociales*. Abya Yala.
- Willem, W. (2014). Provincializing hegemonic histories of media and communication studies: Towards a genealogy of epistemic resistance in Africa. *Communication Theory*, 24(4).

Artigo recebido em 31 de julho de 2023 e aprovado em 20 de setembro de 2023.